



PL:2198/2024

Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Processo n°: 2198/24**

**Projeto de Lei: 0058/24**

**Vereador: Osvaldo Maturano**

**Assunto: Declara de utilidade “LOJA MAÇÔNICA COLUNAS DO ATLÂNTICO N° 105”, com sede neste município.**

**I – RELATÓRIO**

A tramitação desta matéria teve início em 11/04/2024, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise e elaboração de parecer quanto aos seus aspectos Constitucionais e Redacionais.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo a declaração de utilidade pública da Augusta Respeitável Loja Maçônica Colunas do Atlântico nº105. A Loja tem desenvolvido ações de diminuição da desigualdade social de interesses coletivos, como filantropia em bairros necessitados (dia das crianças, natal solidário), ajudas mútua as pessoas em condições de riscos, ajuda entre seus membros e familiares. As atividades desenvolvidas pela loja, serve como importante instrumento para o desenvolvimento da defesa social do interesse coletivo e do bem estar da dignidade da pessoa humana, como um todo.

**II - PARECER DO RELATOR**

Praça Frei Palácio, s/n° - Prainha – Vila Velha – ES – CEP: 29100-500



Tels.: 3349-3232 – 3219-6964 – 3349-3229 – Site: [www.cmvv.es.gov.br](http://www.cmvv.es.gov.br)  
Autentica documento em <https://vilelha.sp.leg.br/online/com.br/autenticidade>  
com o identificador 310036003500380036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



PL:2198/2024

Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

Inicialmente, ao ser feito uma análise sobre a legalidade e constitucionalidade de um projeto de lei municipal deve ser observado as regras e princípios da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município. Dessa forma, iniciaremos a presente análise analisando-se o que diz a LOM.

Para contribuir a presente análise André Ramos Tavares em sua obra “Curso de Direito Constitucional”, explica as tipologias das inconstitucionalidades, vejamos:

Basicamente, duas são as possíveis ocorrências da inconstitucionalidade. Numa primeira, há incongruência entre o conteúdo da lei e o conteúdo da Constituição. Numa segunda modalidade, há o desatendimento do modelo previsto para a elaboração da lei. Nesse caso, o conteúdo da lei não está em desacordo com o da Constituição: apenas seu procedimento de formação não obedeceu ao procedimento previsto na Constituição. A primeira ocorrência recebe a denominação de inconstitucionalidade material, substancial ou intrínseca. A segunda, por seu turno, é denominada inconstitucionalidade formal, ou extrínseca. A nomenclatura intrínseca/extrínseca, como se percebe, toma como critério a própria lei. Assim, se o conteúdo (aspecto intrínseco) não estiver de acordo com o conteúdo constitucional, há inconstitucionalidade material. Ao contrário, se o conteúdo estiver em coerência com o conteúdo constitucional, mas considerada a lei pela ótica de como se originou, observa-se que houve o desatendimento de condições constitucionais (que fazem parte, evidentemente, do conteúdo da Constituição), há uma inconstitucionalidade de cunho meramente formal, extrínseco ao conteúdo da lei. (Tavares, André Ramos Curso de direito constitucional / André Ramos Tavares. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Ademais, ao adentrar na análise das regras previstas na LOM é possível notar que a presente proposta não extrapola a capacidade legislativa do Vereador, não há o vício conhecido como vício de iniciativa (formal), quando o legislador adentra em matéria que é de competência privativa do chefe de Poder Executivo Municipal, o artigo legal que trabalha sobre isso é o art. 34, p.ú, I, II, III, da LOMVV:

**Art. 34** A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos legais.

**Parágrafo Único** - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

Praça Frei Palácio, s/nº - Prainha – Vila Velha – ES – CEP: 29100-500



Tels.: 3349-3232 - 3219-6964 - 3349-3229 - Site: [www.cmyv.es.gov.br](http://www.cmyv.es.gov.br)  
Autenticar documento em <https://vivilavelha.spf6.nl/le.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310036003500380036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

PL:2198/2024

**I** - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta ou fundacional, bem como regime jurídico de seus servidores, aumento de sua remuneração, vantagens e aposentadoria;

**II** - organização administrativa do Poder Executivo e matéria orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 44/2011)

**III** - criação de Guarda Municipal e fixação ou modificação de seus efetivos.

Logo, na esfera da análise municipal não nenhum óbice legal. Superada a análise no plano municipal é necessário analisar-se os ditames da Constituição tanto a Estadual como a Federal. Nessa linha de raciocínio a Constituição Estadual<sup>1</sup> e Federal<sup>2</sup> em seus arts. 28, I e 30, I, respectivamente expõem que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, encaixando-se perfeitamente com a presente proposta.

Portanto, o presente projeto de lei não possui qualquer obstáculo jurídico que o impeça de prosseguir com seu trâmite, como também, não há qualquer vício quanto a sua forma ou matéria, estando dentro dos ditames de nossa Constituição Estadual e Federal, como também, respeitando as regras infraconstitucionais.

### III - PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A **Comissão de Justiça e Redação** entende ser o Projeto de Lei nº 2198/2024, **legal e constitucional**, sendo, portanto, favorável ao seu prosseguimento regimental interno.

<sup>1</sup> **Art. 28.** Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

<sup>2</sup> **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;





PL:2198/2024

Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

Vila Velha/ES, 28 de maio de 2024.

**RENZO MENDES**  
Presidente/Relator

**OSVALDO MATURANO**  
Membro

**ROMULO LACERDA**  
Membro

Praça Frei Palácio, s/nº - Prainha – Vila Velha – ES – CEP: 29100-500

Tels.: 3349-3232 – 3219-6964 – 3349-3229 – Site: [www.cmyv.es.gov.br](http://www.cmyv.es.gov.br)

Autenticar documento em <https://vivilha.spil.me.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310036003500380036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310036003500380036003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **VEREADOR ROMULO LACERDA** em **28/06/2024 16:41**  
Checksum: **151191A3CEADD5F52075042A879541E7B9F15009C5489D6241C20222AA82CDBC**

Assinado eletronicamente por **VEREADOR OSVALDO MATURANO** em **02/07/2024 10:53**  
Checksum: **079396D1080C9BEA6AC0B243C5767F9F8A684D7668A2443FE55E6C7DFB9E1AC9**

Assinado eletronicamente por **VEREADOR RENZO MENDES** em **05/07/2024 16:52**  
Checksum: **30DEE5339E32A0415599D9120917AF06B97118EC0439E0D0CB9AB258C2B6E544**

